

ANTÓNIO VICENTE FERREIRA

Legislaturas: I, II, III, IV, V.

Data de nascimento

- 1874-04-30.

Localidade

- Lisboa.

Data da morte

- 1973-01-29.



Habilitações literárias

- Curso da Arma de Engenharia Militar, Civil e de Minas da Escola do Exército.

Profissão

- Oficial do Exército;
- Professor universitário.

Carreira profissional

- 1889 – Assenta praça, como voluntário;
- 1889 – Alferes;
- 1901 – Tenente;
- 1902-103 – Chefe das Oficinas de Luanda, na dependência dos Ministérios da Marinha e do Ultramar;
- 1903 – Director interino das Obras Públicas de S. Tomé e Príncipe;
- 1904-1909 – Presta serviço na Direcção-Geral do Ultramar;
- 1909 – Colocado no Estado-Maior da Arma de Engenharia, em serviço no Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, onde ocupou o lugar de Engenheiro subalterno de Obras Públicas na Secção Hidráulica da Figueira da Foz;
- 1910 – Capitão;
- 1910 – Destacado do Ministério das Obras Públicas na Direcção-Geral do Ultramar;
- 1910 – Professor adjunto da Escola do Exército, passando a efectivo em 1912;
- 1910 – Membro de uma comissão de sindicância aos Caminhos de Ferro;
- 1911 – Destacado do Ministério do Fomento para o Ministério da Guerra;
- 1912 – Lente (provisório) da Escola de Guerra, tornando-se lente efectivo em 1915;
- 1913-1944 – Professor do Instituto Superior Técnico de Lisboa;
- 1914 – Capitão da 3.ª Brigada de Caminhos de Ferro, sendo subchefe dos serviços de estudos da Companhia de Caminhos de Ferro;
- 1918 – Major;
- 1919-1923 – Assume, a título definitivo, as funções de professor da Escola Militar;
- 1919 – Tenente-coronel;
- 1923 – Coronel;
- 1935 – Passa à reserva;
- 1944 – Passa à situação de reforma.

Perfil político-ideológico

- Membro da União Republicana, de Brito Camacho.

Carreira político-administrativa

- 1912-1913 – Ministro das Finanças;
- 1913, 1922 – Deputado;
- 1921 – Ministro das Finanças;
- 1923 – Ministro das Colónias;
- 1926-1928 – Alto-Comissário em Angola;
- 1935 – Vice-presidente da 4.ª e 5.ª Secções da 1.ª Conferência Económica do Império Colonial Português;
- 1936 – Membro do Conselho do Império;
- 1938 – Presidente da Comissão de Instalação de Silos do Ministério da Agricultura;
- 1940 – Vogal do Conselho Superior de Obras Públicas, de que se tornou Presidente em 1943;

- 1946-1953 – Vice-presidente do Conselho do Império Colonial;
- Foi representante de Portugal em diversas reuniões internacionais e membro de várias Academias e Institutos nacionais e internacionais;
- Procurador à Câmara Corporativa por designação do Conselho Corporativo.

Carreira parlamentar

Legislaturas	Secções
I	21. ^a – Obras públicas e comunicações.
II	5. ^a – Pesca e conservas (<i>Assessor</i>); 9. ^a – Construção e materiais de construção (<i>Assessor</i>); 23. ^a – Obras públicas e comunicações (<i>Assessor</i>).
III	5. ^a – Pesca e conservas (<i>Assessor</i>); 9. ^a – Construção e materiais de construção (<i>Assessor</i>); 22. ^a – Obras públicas e comunicações (<i>Assessor</i>); 23. ^a – Política e economia coloniais.
IV	Conselho da Presidência; 5. ^a – Pesca e conservas (<i>Assessor</i>); 9. ^a – Construção e materiais de construção (<i>Assessor</i>); 25. ^a – Defesa nacional (<i>Assessor</i>); 22. ^a – Obras públicas e comunicações (<i>Assessor</i>); 23. ^a – Política e economia coloniais.
V	Conselho da Presidência; 23. ^a – Obras públicas e comunicações (<i>Assessor</i>); 24. ^a – Política e economia coloniais.

Pareceres subscritos/relatados [Total: 57]

I Legislatura (1935-1938) [23]

- 3/I – Reconstituição económica (*Relator*).
- 44/I – Criação do Instituto de Hidrografia.
- 47/I – Criação do Conselho de Tarifas dos Portos.
- 56/I – Instalação de registadores de chamadas telefónicas.
- 58/I – Autorização das receitas e despesas para 1936.
- 59/I – Reforma dos serviços da dívida pública.
- 66/I – Preenchimento das Viegas existentes no quadro de engenheiros dos serviços do Ministério das Obras Públicas.
- 74/I – Isenção da contribuição predial.
- 81/I – Importação e destilação de petróleos brutos e seus derivados (*Relator*).
- 82/I – Autorização das receitas e despesas para 1937.
- 83/I – Elevação do limite máximo de emissão da moeda de prata.
- 86/I – Aumento do empréstimo autorizado pela lei n.º 1937.
- 88/I – Fomento hidroagrícola.
- 94/I – Despacho e registo de veículos automóveis.
- 96/I – Condicionamento industrial.
- 98/I – Remodelação dos serviços dos correios, telégrafos e telefones.
- 102/I – Importação, armazenamento e tratamento industrial de petróleos brutos e seus derivados (*Relator*).
- 106/I – Autorização de receitas e despesas para 1938.
- 108/I – Autorização ao Governo para contrair um empréstimo interno amortizável de 3^{1/2} por cento.
- 112/I – Arborização de serras e dunas e construção de caminhos florestais.
- 119/I – Estudos e obras de hidráulica agrícola (*Relator*).
- 121/I – Estatuto Jurídico dos Caminhos de Ferro.
- 122/I – Plano de Fomento da Colónia de Angola (*Relator*).

II Legislatura (1938-1942) [4]

- 11/II – Navegação para as colónias (*Relator*).
- 18/II – Acção colonizadora do Estado.
- 22/II – Organização social e económica das populações indígenas.
- 23/II – Condicionamento da actividade dos engenheiros e outros técnicos estrangeiros em Portugal.

III Legislatura (1942-1945) [8]

- 2/III – Nacionalização de capitais de diversas empresas.
- 5/III – Criação do Conselho de Fomento.
- 7/III – Distribuição dos lucros líquidos anuais das empresas de navegação.
- 11/III – Concessões de terrenos no ultramar.
- 17/III – Construção de casas de rendas económicas (*Relator*).
- 18/III – Electrificação do País.

- 19/III – Fomento e reorganização industrial.
- 23/III – Coordenação de transportes terrestres.

IV Legislatura (1945-1949) [11]

- 1/IV – Autorização de receitas e despesas para o ano de 1946.
- 8/IV – Alterações à Carta Orgânica do Império Colonial Português.
- 10/IV – Estabelecimentos fabris do Ministério da Guerra.
- 12/IV – Melhoramentos no porto de Lisboa.
- 13/IV – Reforma do ensino técnico.
- 23/IV – Organização suprema da defesa nacional.
- 25/IV – Julgamento de reclamações em matéria de hidráulica agrícola.
- 29/IV – Questões conexas com o problema da habitação.
- 33/IV – Exploração portuária.
- 34/IV – Recrutamento e serviço militar.
- 36/IV – Regulamento das Estradas Nacionais.

V Legislatura (1949-1953) [11]

- 3/V – Reforma do ensino das Belas-Artes.
- 5/V – Reorganização dos serviços meteorológicos das colónias.
- 10/V – Autorização de receitas e despesas para 1951.
- 11/V – Revisão do Acto Colonial.
- 15/V – Conservação dos edifícios escolares.
- 20/V – Regulamento Geral das Edificações.
- 31/V – Exercício do comércio bancário no ultramar.
- 32/V – Projecto de colonização dos terrenos da várzea do Ponsul.
- 35/V – Lei Orgânica do Ultramar.
- 37/V – Plano de Fomento – Parte II – ultramar.
- 39/V – Tributação da mais-valia dos produtos ultramarinos (*Relator*).